



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

LEI MUNICIPAL Nº 1.205/2004, DE 16/12/2004

“Altera art. 21, modifica e acresce incisos ao art. 22, altera o parágrafo 1º do art. 29, altera os artigos 38 e 39 acrescentando a este uma alínea e parágrafo único e altera o artigo 40 da Lei Municipal nº 1.121/2003, de 31/03/2003 e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COXIM, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 21, modifica e acresce incisos ao art. 22, altera o parágrafo 1º do art. 29, altera os artigos 38 e 39, acrescentando a este uma alínea e parágrafo único e altera o artigo 40 da Lei Municipal nº 1.121/2003, de 31/03/2003, que passam a ter a seguintes redações:

Art. 21 – *A escolha dos conselheiros, far-se-à através de processo seletivo, convocado e coordenado pelo CMDCA em conjunto com o Ministério Público, através de um colégio eleitoral, formado por dez delegados de cada entidade, indicados pelas instituições de atendimento a criança e adolescente governamentais e não governamentais, clubes de serviço, sindicatos, pastorais e associações devidamente reconhecidas e registradas que prestam serviço no município de Coxim/MS.*

Art. 22 – ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - *...possuir curso superior na área de ciências humanas ou ter experiência comprovada no atendimento sistematizado em trabalho com criança e adolescente, ou ter especialização na área de no mínimo 01 (um) ano, atestado por instituição pública ou privada.*

VII - ...

VIII - *apresentar certidão civil e criminal dos últimos 05 (cinco) anos.*

IX - *avaliação psicológica*

X - *curso básico de informática*

XI - *possuir CNH*

XII - *ter disponibilidade para cumprimento de horário de funcionamento conforme a Lei Municipal com dedicação exclusiva.*



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

Art. 29 - ...

§ 1º - No período de férias de um dos conselheiros ou no seu afastamento por mais de 15 (quinze) dias devidamente justificada, o CMDCA deverá convocar o suplente.

Art. 38 – Fica o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), encarregado de exercer o controle administrativo sobre o funcionamento do Conselho Tutelar, repassando, no que couber, à Secretaria Municipal de Promoção Social, o resultado do referido controle, para as decisões que lhes são afetas.

Art. 39 – Compete o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como órgão deliberativo das ações em todos os níveis sobre a política municipal do atendimento do direito da criança e do adolescente.

a)

b)

c)

d)

e) regulamentar, através de Resoluções, sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único – o não cumprimento do contido nas alíneas que compõem este artigo, acarretará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) o comprometimento da imediata comunicação a Secretaria Municipal de Promoção Social, e ou Ministério Público para as providências cabíveis, conforme o caso.

Art. 40 – Compete ao o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), instaurar sindicância para apurar eventual falta de grave cometida por Conselheiro Tutelar no exercício de sua função.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito., 16 de Dezembro de 2004


Oswaldo Mochi Júnior
Prefeito Municipal
Coxim/MS